

EDUCACIÓN JUVENIL Y ADULTA EN LA PERSPECTIVA HISTÓRICA Y LA CONCEPCIÓN DE EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN

Valdecir Soligo¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
valdecir_soligo@yahoo.com.br

Bruna de Souza Pereira Santos²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
brunasps.10@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Valdecir Soligo y Bruna de Souza Pereira Santos (2020): "Educación juvenil y adulta en la perspectiva histórica y la concepción de evaluación de la educación", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/07/educacion-juvenil-adulta.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2007educacion-juvenil-adulta>

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue describir la trayectoria de la Educación de Jóvenes y Adultos en Brasil y la Evaluación de la Concepción del Aprendizaje imbricada en este proceso histórico. A continuación, se realizó un análisis de la Historia de la Educación de Jóvenes y Adultos en el Municipio de Cascavel y la Concepción de Evaluación, contenido en el Currículo de la Red de Educación Municipal de Cascavel para la Educación de Jóvenes y Adultos, a fin de verificar cómo es efectivo el proceso de evaluación en esta Modalidad de Enseñanza. Como resultado, tenemos una alineación del concepto de evaluación de EJA y otras modalidades de educación, señalando la necesidad de evaluar como un proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; Evaluación de aprendizaje; Plan de estudios

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE HISTORICAL PERSPECTIVE AND THE EDUCATION EVALUATION CONCEPTION

ABSTRACT

This study aimed to describe the trajectory of Youth and Adult Education in Brazil and the Conception of Learning Assessment imbricated in this historical process. Following this, an analysis of the History of Youth and Adult Education in the Municipality of Cascavel and the Conception of Evaluation was performed. contained in the Curriculum for the Municipal Public Rattlesnake Education Network for Youth and Adult Education, in order to verify how the evaluation process in this Teaching Modality is effective. As results, we have an alignment of the concept of evaluation of EJA and other modalities of education, pointing to the need to evaluate as a process of teaching and learning.

Key-words: Youth and Adult Education; Learning Assessment; Curriculum.

¹ Doutor em Educação; Mestre em Educação; Graduado em Pedagogia e História; Professor do Programa de Pós Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Unioeste - Campos de Cascavel. Professor do Colegiado de Pedagogia - Campus Cascavel

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação; Especialista em Educação Especial; Graduada em Pedagogia

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA HISTÓRICA E A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

RESUMO

O presente estudo objetivou descrever a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a Concepção de Avaliação da Aprendizagem imbricado neste processo histórico, na sequência foi realizada uma análise do Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Município de Cascavel e a Concepção de Avaliação contida no Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel para a Educação de Jovens e Adultos, de modo a verificar como se efetiva o processo avaliativo nesta Modalidade de Ensino. Enquanto resultados, temos um alinhamento da concepção de avaliação da EJA e das demais modalidades de educação, apontando para a necessidade de avaliar enquanto processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Avaliação da Aprendizagem; Currículo.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é originário de pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do projeto de mestrado. Elaborado a partir de revisão de bibliográfica e análise documental visando ampliar a compreensão teórica e reflexiva da avaliação na Educação de Jovens e Adultos no Brasil e, por conseguinte no município de Cascavel.

Apresenta-se, portanto, a trajetória da Educação de Jovens e Adultos e um breve histórico da Avaliação da Aprendizagem no Brasil, após análise da organização da Educação de Jovens e Adultos e do histórico da Avaliação da Aprendizagem no Brasil, será apresentada a organização da Educação de Jovens Adultos – Fase I no município de Cascavel, de modo a verificar como se efetiva o processo avaliativo nesta Modalidade de Ensino.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

No Brasil, a preocupação com a escolarização de adultos não alfabetizados iniciou no século XVI com a colonização portuguesa, neste período a educação proporcionada aos índios, tinha caráter religioso, com o objetivo de disseminar os ideais da igreja católica e expandir a cultura europeia (HADDAD, 1991, p.1).

A partir de 1930, quando a sociedade brasileira atravessava grandes transformações em virtude do processo de industrialização e concentração populacional nos centros urbanos, é que a educação de Jovens e Adultos passou a ter maior importância.

A primeira iniciativa pública ocorreu na década de 1940 e as ações desenvolvidas pelo Estado para a educação de Jovens e Adultos apresentavam se, mesmo que enquanto produto da demanda social, superficiais e de maneira estratégica, considerando que:

(...) as políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais (FALEIROS, 2009, p.46).

Neste período o Ministério da Educação e Saúde lançou a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos. A criação da Organização das Nações Unidas - ONU, no período pós-guerra, desencadeou um processo de recomendações aos países com alto índice de analfabetismo para que organizassem campanhas de massa para alfabetização (SANTIAGO, 2004, p. 34).

As ações nacionais que daí se desdobraram foram produto do contexto no qual o Brasil se encontrava, em que as condições internas, favorecidas pelo fim do Estado Novo, recolocavam o país no caminho da redemocratização. Pode-se acrescentar ainda, a ampliação do contingente de eleitores, já que a lei em vigor excluía os analfabetos do processo eleitoral (MACEDO, 2006. p.4).

Isso porque, as políticas sociais,

[...] ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora com arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991 p. 8).

Ao final da década de 1950, muitas críticas foram feitas em relação a Campanha de Educação de Adultos, no que se referia a questões administrativas, financeiras, bem como a sua orientação pedagógica. Tais críticas conduziram a uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e a consolidação de um novo paradigma pedagógico, tendo como referência o pensamento de Paulo Freire, que inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular realizados no país no início dos anos de 1960 (PAIVA, 1973, p. 161).

Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação de programas de alfabetização por todo o país, com base na proposta de Paulo Freire. Tal iniciativa foi interrompida com o golpe militar, cessando também os programas desenvolvidos desde 1961, por serem vistos como ameaça à ordem (GADOTTI, 2008, p. 39).

Com isso permitiu-se apenas programas assistencialistas e conservadores, os quais perduraram até a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, que se expandiu por todo o país na década de 1970 (PAIVA, 1973, p. 292).

Na década de 1980, com o início da abertura política, vários projetos de iniciativa dos movimentos sociais foram se ampliando para além da alfabetização. O MOBRAL tinha como base a ideologia desenvolvimentista, fundamentado também no trabalho de Paulo Freire, porém, devido às pressões do regime ditatorial, acabou afastando-se de seu objetivo inicial. Em 1985 foi extinto por descrédito junto aos meios políticos e educacionais (MACEDO, 2006, p.4).

Em substituição, foi criada a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (FUNDAÇÃO EDUCAR), que objetivava apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas. Com sua extinção, em 1990, houve um esvaziamento em termos de políticas para o setor.

Alguns Estados e municípios, como o caso de Cascavel, no estado do Paraná, assumiu a responsabilidade de oferecer programas na área, bem como algumas organizações da sociedade civil. Assim, a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) chega à década de 1990, com a necessidade de reformulações pedagógicas e apoio do Governo para esta modalidade de ensino.

O direito para milhões de sujeitos que não tiveram oportunidade de realizar sua escolaridade desde meados do século XX, “[...] só foi formalizado em lei, como dever de oferta obrigatória pelo Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996” (HADDAD, 2007, p. 197), ganhando a dimensão de modalidade da educação básica, nas etapas do ensino fundamental e médio, com especificidade própria.

No contexto atual, em relação à Legislação da EJA, destacam-se os documentos elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e, dentre eles, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, bem como a Resolução CNE/CEB nº 03, de 15 de junho de 2010, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso para os cursos de EJA, entre outros temas, bem como o Parecer CNE/CEB nº 06/2010, de 07 de abril de 2010, que versa sobre importantes aspectos relacionados aos objetivos e a matrícula na EJA.

Essas Diretrizes visaram contemplar as especificidades de tempo e de espaço para os alunos, assim como o tratamento presencial dos conteúdos curriculares, a importância em se distinguir as duas faixas etárias - jovens e adultos - e, ainda, a formulação da organização pedagógico curricular, assumindo o princípio da flexibilidade e reconhecendo a autonomia das escolas e dos sistemas de ensino em elaborar suas próprias propostas pedagógicas.

Em dezembro de 2006 foi criado, pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11494/2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com o objetivo de ampliar e redistribuir investimentos em educação, incluindo a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Conforme segue abaixo:

§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano (BRASIL, 2006, p. 01).

Muitos documentos oficiais dão suporte para o desenvolvimento da Política Educacional em nosso país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, Plano Municipal de Educação e os pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação, entre outros. Isso porque, enquanto direito reconhecido, a educação deve ser garantida, em todas as esferas e a todos os sujeitos.

Historicamente no Brasil a educação tem uma tradição elitista, reservando às camadas privilegiadas o acesso a este bem social, e devido a atual organização social carregada de preconceitos, discriminação racial e a opção estatal por outras prioridades, faz com que tenhamos uma herança pesada de séculos a ser superada.

3. BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.

Para que seja possível uma análise e identificação dos possíveis avanços na Concepção de Avaliação do Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel no que se refere a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, se faz necessário a realização de um breve histórico sobre a avaliação escolar em nosso país. No Brasil Colônia o ensino era realizado de forma espontânea, não havia instituições específicas com tal intencionalidade, assim eram seguidas a tradição tribal, com conhecimentos relacionados à cultura, costumes e trabalhos que visavam a sobrevivência e subsistência, dessa forma eram avaliados conforme conseguiam assimilar os ensinamentos e iniciavam a participação nos trabalhos do dia a dia. Nesse período não havia subjetividade, havendo apenas o interesse de transmitir os ensinamentos, os conhecimentos e a cultura para as novas gerações, para fossem levados adiante a cultura do grupo, não havendo controle ou fragmentação da Educação. Como explicita Saviani:

De modo geral, observa-se que os conhecimentos e técnicas sociais eram acessíveis a todos, não se notando qualquer forma de monopólio. A cultura transmitia-se por processos diretos, oralmente, por meio de contatos primários no interior da vida cotidiana. (...) em qualquer idade e tipo de relação era possível aprender, convertendo a todos, de algum modo, à posição de mestres (...) (SAVIANI 2007, p.38).

Na sequência da história, se estabeleceram muitas ordens religiosas, porém em sua maioria não tinham o apoio e proteção oficial, contando apenas com a bondade e proteção de governos locais, dessa forma não conseguiram efetivar seus sistemas de ensinamentos, o que resultou em ações dispersas e temporárias, contudo ao contrário disso, a ordem dos Jesuítas, conhecida como Companhia de Jesus, que chegou ao Brasil mediante determinação da Coroa Portuguesa, contando sua proteção, teve também o apoio dos governos locais. Nestas circunstâncias, como afirma Saviani (2007) os Jesuítas puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer o monopólio da educação nos primeiros séculos da colonização. Como tinham fortes ligações políticas, puderam exercer e estender suas ideias e princípios educativos por todo território conquistado pelos Portugueses na América Meridional.

Partindo desta participação e unidade de preceitos originou-se o reconhecimento, por parte dos analistas da História da Educação Brasileira, como sendo um esboço do que consideramos hoje um Sistema de Ensino, ou seja, os princípios, as ideias e as determinações deste sistema, em 1599 foram consolidadas em um documento intitulado "Ratio Studiorum", no qual constavam as normas para toda a da Companhia de Jesus, tendo em sua principal finalidade ordenar as atividades, as funções dos jesuítas e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas.

A pedagogia jesuítica nas normas para orientação dos estudos das escolas nas classes inferiores ou superiores definiam com rigidez os procedimentos a serem levados em conta no ensino eficiente, priorizando provas e exames. Neste período o que se configurava era a intenção de catequizar os índios de modo a levá-los a conformação moral, disciplinar e religiosa, por meio da

sujeição, em suas concepções, foram incorporadas as ideias da educação francesa, onde além do método de ensino também explicitavam técnicas de incentivo aos estudos.

Já no século XIX com a consolidação do poder da burguesia, a educação passa a ser de caráter compulsório, ou seja, os filhos dos burgueses precisam ter acesso aos conhecimentos para gerenciar e dominar, porém a grande maioria que não possui habilidade fica mesmo a serviço dos subempregos, da humilhação e esgotamento físico e mental nas fábricas onde eram obrigados a trabalhar.

A avaliação aqui tem um caráter de seleção mais severo associado à educação, onde prevalecia a obediência ao professor e sua supremacia na transmissão de conhecimento, conhecida como educação bancária, com todos os vieses da Educação Tradicional. Em meados do século XIX, mais precisamente no ano de 1857, foi publicado o primeiro regulamento de ordem geral para as escolas do ensino primário no Paraná, pois até esta data seguiam - se as leis adotadas no estado de São Paulo, os professores estavam amparados pela lei no que diz respeito às práticas punitivas dentro do ambiente escolar (SAVIANI, 2007).

A partir de então, surgiram diferentes movimentos de tendências pedagógicas, como a Escola Nova, com ideias novas oriundas da Europa e América do Norte, contrárias às ideias tradicionais herdadas das ordens religiosas, renovação das teorias de aprendizagem e filosóficas, com o objetivo formar democraticamente o cidadão. A Tecnista, com o objetivo de formar mão de obra qualificada para trabalho gerado pelas inovações e crescimento econômico. No período pós-ditadura surge a Histórico-crítica, em especial nos meios acadêmicos os movimentos para tentar solucionar os problemas da educação. A Neoliberal que se impõe com a globalização. Em 1996 é aprovada a LDBEN 9394/96 que desde então tem recebido críticas, pois continua a reforçar as políticas de Governo e não as Políticas de Estado, tirando muito da responsabilidade do Estado que lhe é determinada na Constituição Federal.

Conclui-se, portanto, que em todas as épocas há a utilização de maneiras equivocadas de efetivar a Avaliação, sendo na maioria das vezes utilizada como modo de manutenção da submissão, outras como punição ou estratégia contra a indisciplina e não como um processo que parte da realidade para esta tornar e reorientar a prática e possibilidades de conduta e enfrentamento de dificuldades visando à efetivação de um ensino de qualidade.

4. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

A Alfabetização de Jovens e Adultos – Fase I, é ofertada no município de Cascavel, no estado do Paraná, desde 1971, ano em que o Governo Federal implantou no município o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cuja permanência se deu por 14 anos.

Com a extinção do MOBRAL em 1985, entrou em vigência o Programa de Educação Básica (PEB) e os alunos jovens e adultos passaram a ser atendidos pela Fundação Educar, esse atendimento vigorou até o ano de 1990. Após esse período, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser ofertada através de projetos em parceria com o Estado do Paraná e o município de Cascavel, de forma que o Estado era responsável pela legalização da vida escolar dos alunos, pela certificação

e elaboração das matrizes para a reprodução dos módulos nas áreas do conhecimento, cabendo ao município a reprodução desses módulos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho, além da contratação de professores, oferta de cursos e assessoramento pedagógico, porém tal situação ocasionou disparidade dos níveis de aprendizagem entre os alunos, resultando num distanciamento entre os módulos.

No ano de 2002, a Educação de Jovens e Adultos no município de Cascavel - PR passou a funcionar por meio do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos (PEJA), ainda em parceria entre o Estado e o município. No ano de 2005 houve a cessação do PEJA, a partir de então os municípios tiveram que assumir a Educação de Jovens e Adultos (EJA), se responsabilizando inclusive pela certificação dos alunos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como todas as modalidades da educação, deve estar enquadrada nas orientações e normativas nacionais. Nesse contexto, as ações desenvolvidas no nível municipal bem como a organização dos documentos normativos específicos devem estar sujeitas ao conjunto de orientações que são estabelecidas nacionalmente para a Educação de Jovens e Adultos. Esse conjunto de orientações está posto nos Planos Nacionais de Educação que são estruturados a partir de metas a serem alcançadas no período de dez anos a partir de sua vigência.

Em 09 de Janeiro do ano de 2001 é elaborado o Plano Nacional de Educação lei nº 10.172, com vigência de 2001 à 2011, cujas metas para a Educação de Jovens e Adultos exaltam como preferência a erradicação do analfabetismo em sujeitos acima de 15 anos e que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental I em idade própria.

Em consonância ao Plano Nacional de Educação lei nº 10.172 (2001 – 2011), o Plano Municipal de Educação de Cascavel – PR lei nº 3.886 foi elaborado em 2004 para estar em vigência entre 2004 e 2014 e também elenca um conjunto de metas a serem alcançadas no decênio ao qual se refere relatando, de forma detalhada, as medidas a serem tomadas para a erradicação do analfabetismo de Jovens e Adultos no município.

Como produto dessa construção e respondendo à meta nove do Plano Municipal de Educação de Cascavel – PR (2004 – 2014) a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel elaborou, com a participação dos professores da Educação de Jovens e Adultos - EJA, um Programa Próprio com Proposta Curricular específica para esta modalidade de ensino. O documento foi enviado para aprovação da Secretaria de Estado da Educação no mesmo ano. Após tramitações legais, em 2007, a proposta de Implantação de Programa Próprio foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná.

[...] a proposta de Implantação de Programa Próprio é aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, através do Parecer Nº 392/07 e autorizado o funcionamento pela Secretaria de Estado da Educação, em 16 de julho de 2007, por meio da Resolução Nº 3.190/07. No documento enviado e aprovado, é autorizado também, o funcionamento do Centro Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire - Ensino Fundamental – Fase I, criado através do Decreto Nº 7.160, de 20 de julho de 2006 (CASCAVEL,2008, p. 2).

A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel criou, então, pelo Decreto n.º7160, de 20 de julho de 2006, o Centro Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire – Ensino Fundamental – Fase I, com o Programa Próprio de EJA, entrando em vigência no ano de 2008, o Currículo Para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I, o qual tem sua concepção teórico-metodológica fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

Dessa forma, é importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I, sendo vista, atualmente, como direito de todo e qualquer cidadão, no município de Cascavel é formada por jovens, adultos e um baixo percentual de adolescentes que deixaram de frequentar os bancos escolares na faixa etária estabelecida por lei, o que se confirma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) N° 9394/96, artigo 5º: “O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo”.

5. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DE ACORDO COM O CURRÍCULO PARA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Após a elaboração e efetivação do Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I, o qual tem sua concepção teórico-metodológica fundamentada na Pedagogia Histórico Crítica e na Psicologia Histórico Cultural, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, algumas modificações na forma de avaliação foram realizadas, a avaliação passou a ser processual e contínua, por meio de atividades diversificadas, realizadas pelos alunos.

De acordo com o Regimento Interno do Centro Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire – Ensino Fundamental – Fase I, no que se refere a avaliação da aprendizagem determina-se que:

Art. 55 - A avaliação será parte integrante do ensino-aprendizagem, pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem dos alunos e de seu próprio trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo, diagnosticar os resultados e atribuir-lhes valor, bem como orientar as ações da própria escola.

Art.56 - A avaliação para cada período, deverá ser organizada por área do conhecimento, através de instrumentos diversificados, estabelecendo-se os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos.

Art.57 – A verificação do rendimento escolar dar-se-á na forma presencial através de avaliações processuais.

§ 1º. Ficam entendidas como avaliações processuais àquelas realizadas no andamento das atividades presenciais, no estabelecimento de ensino, por meio de variados instrumentos elaborados pelo professor (CASCAVEL.2008).

O documento também enfatiza em seu artigo Art.61 que é vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Ao analisar essas considerações é válido enfatizar que:

É preciso lembrar sempre que, em se tratando da avaliação da aprendizagem, a obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. Portanto, priorizar vivências de avaliação enquanto processo formativo pode ser um modo adequado de resistir à supervalorização da pedagogia de resultados (FISCHER 2013, p. 49, apud WERLE, 2010).

Assim, a avaliação deve ser um recurso para a melhoria do ensino, a ser utilizado por todos os membros da escola. Desse modo, o processo ensino aprendizagem pode ser redimensionado qualitativamente. Considerando que:

Por ser a ação educativa organizadora de atividades, uma ação que se propõe a alterar comportamentos e/ou a desenvolver habilidades através de variados recursos, a avaliação é o seu instrumento mais poderoso para fornecer informações quanto à orientação, ou reorientação, que as atividades educacionais já executadas devem receber [...] A avaliação, portanto, não tem um fim em si mesma. Ela é um caminho para um fim que a ultrapassa. Ela é um recurso, uma estratégia para a agilização dos planos educacionais que permitam concretizar comportamentos, hábitos, habilidades e/ou conhecimentos considerados necessários aos cidadãos que interagem socialmente. A avaliação possibilita, portanto, garantir, com maior eficiência, a formação do homem considerada legítima. (CASCAVEL, 2008, volume II p.48 apud NAGEL, 2007, p.2).

A avaliação é parte fundamental do processo ensino-aprendizagem. É o momento em que se verifica o nível de apropriação dos conteúdos pelo aluno, sendo o ponto de partida de acompanhamento e reorientação permanente da prática docente, como forma de comprovar se os resultados foram alcançados, a partir de objetivos previamente definidos, para efeito desta análise devemos considerar que:

A educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação (DOURADO 2007, p. 923).

Porém, é percebido que cada momento histórico define um Currículo e este define os procedimentos educativos. Desse modo, tanto os conteúdos como a forma de avaliar o processo ensino-aprendizagem divergem no tempo porque as concepções de homem, sociedade e conhecimento mudam conforme o trabalho se transforma. Nesta perspectiva, a avaliação deve considerar que em cada momento histórico as concepções alteram-se e não se pode fazer uma apropriação destas sem considerar o momento em que elas foram produzidas (CASCAVEL, 2008, volume II p.48 apud NAGEL, 2007, p.1).

A sociedade capitalista, marcada pelas desigualdades sociais, resultantes da exploração da força de trabalho e a apropriação privada dos bens materiais produzidos coletivamente, pressupõe um modelo de avaliação caracterizada como instrumento de discriminação e exclusão social.

Dessa forma, durante o processo ensino-aprendizagem, a avaliação desenvolvida pelo professor orienta constantemente sua ação. É por meio dela que se verifica se o plano de aula está adequado e a metodologia utilizada garante a aprendizagem do conteúdo, sendo necessário considerar se todos os aspectos, físicos, humanos e pedagógicos, envolvidos no processo estão adequados para atingir os objetivos.

Conforme aborda Luckesi (1995), a avaliação não se constitui mero instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos; ao contrário, deve constituir-se em instrumento de diagnóstico da situação, com o objetivo de redefinir novos encaminhamentos para a promoção da aprendizagem. Para o autor, “o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, sem uma consequente decisão” (LUCKESI, 2005, p. 42).

Partindo desse pressuposto, a avaliação diagnóstica compreende dois elementos fundamentais: a constatação e a qualificação do objeto que está sendo avaliado. Somente a partir da constatação é que se qualifica o objeto, atribuindo-lhe uma qualidade.

A constatação expressa a configuração do objeto, tendo por base suas propriedades presentes, como estão no momento. Entende-se por isto, o que o aluno já sabe, já aprendeu, o conhecimento apresentado no seu fazer, falar e comunicar. A qualificação do objeto se dá de forma positiva ou negativa. Isso relacionado aos resultados esperados. Ela é estabelecida a partir de um determinado critério ou padrão de qualidade que se estabelece para esse objeto (CASCAVEL, 2008).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, de acordo com o Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel (EJA), o professor que atua na Educação de Jovens e Adultos – Fase I, necessita de uma prática pedagógica voltada a atender às especificidades desta modalidade de ensino, sem perder de vista a transmissão do conhecimento científico sistematizado, principal função da escola.

É fundamental que o professor busque conhecer os alunos, suas expectativas e necessidades, visando o desenvolvimento da autonomia, incentivando-os à observação dos progressos obtidos na aprendizagem. O resgate, a ampliação e o fortalecimento da autoestima, o acolhimento e a valorização dos educandos são ações essenciais, que possibilitam o encontro das habilidades do cotidiano com os saberes escolares. Neste sentido, o professor deve ser dinâmico, com olhar que inclua propostas educativas de desenvolvimento da pessoa de forma integrada e completa, com relação às necessidades cognitivas, afetivas, motoras e sociais (CASCAVEL, 2008).

Porém, é de suma importância a compreensão e clareza que para melhorar a qualidade da escola pública, é preciso investir na formação continuada do professor, pois ao lado do direito do aluno aprender na escola, está o direito do professor dispor de condições de ensino e do direito de continuar estudando (GADOTTI, 2013, p. 9)

Mediante verificação do monitoramento do Plano Municipal de Educação de Cascavel (2015 – 2025), especificamente do Artigo oitavo que trata da Educação de Jovens e Adultos, foi possível averiguar que no que se refere à formação dos professores o município está conseguindo cumprir o preconizado na estratégia III, ou seja está assegurando a formação continuada para os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino, no período noturno, em consonância com o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental - Fase I.

Considerando o perfil dos alunos da educação de jovens e adultos e suas necessidades, bem como as características próprias desta modalidade de ensino, faz-se necessário garantir, através de políticas educacionais, que esta tenha atenção e cuidado, tanto quanto às outras modalidades da educação e que sua importância alcance o reconhecimento e apoio de toda a sociedade organizada, visando restaurar ao aluno de educação de jovens e adultos um direito que lhe foi negado pela sociedade (CASCAVEL, 2008).

É importante destacar que é de fundamental importância a observação crítica dos recursos utilizados. É necessário ressaltar que os instrumentos utilizados não podem ser recursos de ameaça e controle disciplinar, e sim instrumentos adequados para um diagnóstico coerente e eficaz. Conclui-se este texto concordando com (CASCAVEL, 2008, volume II p.48 apud NAGEL, 2007, p.3), quando esta afirma que:

A “alma” das avaliações escolares encontra-se, pois, no projeto pedagógico da escola, na organização do currículo, nos debates integradores das diversas disciplinas que se propõem a formar um homem com qualidades e saberes suficientes para lutar, coletivamente, de modo concreto, por uma educação de qualidade, por uma instrução humanizada, por uma sociedade melhor.

Nesse sentido a Educação de Jovens e Adultos – Fase I no município de Cascavel está se efetivando no intuito de se cumprir a função social da escola pública, que é o de assegurar conteúdos científicos, artísticos e filosóficos aos seus alunos, sendo que:

“a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo capitalista de produção, e às formas sucessivas que ele assume, apenas à medida que o modo capitalista de produção conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho, e com elas, todas as alternativas para a população trabalhadora” (BRAVERMAN, 1980, 132, grifos no original, apud PARO, 2000. p. 66).

Dessa forma, os conteúdos transmitidos no espaço escolar devem ser intencionais, planejados e deliberados, compreendendo que não há um conhecimento que pertença à burguesia e outro à classe trabalhadora, mas como exposto anteriormente, o que ocorre é uma apropriação pela classe dominante dos conhecimentos científicos e estes são postos a serviço desta classe, mas quando forem de domínio também da classe trabalhadora, estes conhecimentos poderão assumir outras feições e funções.

Em se tratando da qualidade na educação é válido ressaltar que:

(...) a qualidade na educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...) desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...) (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007, p. 9).

Baseando-se nos autores acima, infere-se que para a efetivação de uma educação de qualidade, é fundamental a identificação das condições objetivas e subjetivas da organização e gestão escolar e da avaliação de qualidade da educação, por meio de processos de gestão, da dinâmica pedagógica e, conseqüentemente, do rendimento escolar dos estudantes, destacando a importância da gestão financeira, administrativa e pedagógica, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade referente ao papel e às finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena (2000): *Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, p. 77-89, jan./jun. 2000. /disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf>

CASCADEL – PR, (2008): Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Cascavel: v.III: Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos**. Ed. Progressiva – PR. Cascavel.

DELLANI, E. A. FONSECA, L. M. MUXFELDT. A. C. ROCHA. R. F. SILVA, A. M. R. SOUZA, S. M. B. (2016): **A Educação de Jovens e Adultos no Município de Cascavel/PR**. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022016_a_educacao_de_jovens_e_adultos_no_municipio_de_cascavel.pdf Acesso em: 24 set. 2016.

DOURADO, Luiz Fernando. *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas* (2007): **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>

Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 (2006):. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm Acesso em: 08 out 2016.

FALEIROS, V. de P. (1991): **O que é política social**. 5ª. Edição. São Paulo: Brasiliense.

_____, (2009): **A política social do Estado Capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez.

GADOTTI, Moacir (2008): **MOVA: por um Brasil Alfabetizado**. Coleção/ Série Educação de Adultos vol. 1 – Instituto Paulo Freire – 1ª edição.

_____,(2013): *Qualidade na Educação: uma abordagem*. Congresso de **Educação Básica: Qualidade na aprendizagem** (COEB), Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/1402201316221685d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf>.

HADDAD, S. (2007): **Ação dos governos locais na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, nº 35 maio/ago.

MACEDO, P. F. (2006): Um olhar sobre a EJA. Revista Eletrônica.

PAIVA, V. (1973): Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: LOYOLA.

PARECER N.º 392/07.(2007): Conselho Estadual de Educação. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres%202007/pa_392_07.pdf> Acesso em: 01 out 2016.

PARO, Vitor Henrique.(2000): *A Administração Capitalista (Capítulo II)*. In. PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. 9º Ed. Cortez: São Paulo. p. 35 – 80.

Plano Municipal de Educação, lei nº 6.496/2015 (2015): Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/20052016_lei_6496_2015__plano_municipal_de_educacao_de_cascavel_2015_a_2025.pdf> Acesso em: 17 set. 2016.

SANTIAGO, R. A. (2004): A Gestão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Campinas, SP: p. 261.

SAVIANI, D. (2007): **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção Memória da Educação).

SEVERINO, Antonio Joaquim. (2007): **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez.

SOLIGO, Valdecir. (2013): *A qualidade da educação: conceitos e debates acadêmicos*. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 13, n. 13, p. 7-32, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revista.uniameica.br/index.php/pleiade/article/view/205>

WERLE, Flávia Obino Corrêa (2010): *Sistema de avaliação da educação básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação*. IN: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. Oikos – São Leopoldo; Liber Livro – Brasília. p. 21-36.